

A relação do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) no contexto educacional: Desafios, práticas e mediações inclusivas

The role of the Brazilian Sign Language (Libras) interpreter in the educational context: Challenges, practices, and inclusive mediation

El papel del intérprete de la Lengua Brasileña de Señas (Libras) en el contexto educativo: Desafíos, prácticas y mediaciones inclusivas

Recebido: 20/01/2026 | Revisado: 26/01/2026 | Aceitado: 27/01/2026 | Publicado: 28/01/2026

Sara Daniela Conceição de Oliveira Souza

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-5492-350X>

Faculdade Uníntese, Brasil

E-mail: doliveirasara@gmail.com

Wilton Dourado Teixeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5434-6520>

Faculdade Uníntese, Brasil

E-mail: wiltomdourado@gmail.com

Resumo

Este estudo explorou as práticas e desafios da inclusão escolar de alunos surdos em uma escola pública de Minas Gerais. A pesquisa, de abordagem qualitativa e delineada como um estudo de caso, centrou-se no acompanhamento do desempenho e das interações de duas alunas surdas durante um ano letivo. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com professores, análises de registros pedagógicos e observações em sala de aula. Os resultados evidenciam o papel fundamental do intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) como mediador linguístico e agente de acessibilidade, que contribui significativamente para o engajamento e o desenvolvimento das competências comunicativas das alunas. Apesar dos avanços legislativos em prol da educação bilíngue, a pesquisa aponta para a persistência de obstáculos, como a falta de materiais didáticos adaptados, a necessidade de formação continuada para os educadores e a efetiva integração da equipe escolar. Conclui-se que o sucesso do processo de inclusão escolar de alunos surdos é multifatorial, dependendo não apenas de políticas públicas e investimento, mas também do reconhecimento institucional e da capacitação de professores e intérpretes, elementos essenciais para o fortalecimento da educação bilíngue e a valorização da identidade da comunidade surda.

Palavras-chave: Libras; Educação inclusiva; Intérprete educacional; Ensino; Educação bilíngue.

Abstract

This study explored the practices and challenges of school inclusion for deaf students in a public school in the state of Minas Gerais, Brazil. The research adopted a qualitative approach and was designed as a case study, focusing on monitoring the academic performance and interactions of two deaf students over one school year. Data collection involved interviews with teachers, analysis of pedagogical records, and classroom observations. The results highlight the fundamental role of the Brazilian Sign Language (Libras) interpreter as a linguistic mediator and accessibility agent, who contributes significantly to student engagement and the development of communicative competencies. Despite legislative advances in favor of bilingual education, the study points to the persistence of obstacles such as the lack of adapted teaching materials, the need for continuous teacher training, and effective integration of the school staff. It is concluded that the success of the school inclusion process for deaf students is multifactorial, depending not only on public policies and investment, but also on institutional recognition and the professional training of teachers and interpreters, which are essential elements for strengthening bilingual education and valuing the identity of the deaf community.

Keywords: Brazilian sign language; Inclusive education; Educational interpreter; Teaching; Bilingual education.

Resumen

Este estudio exploró las prácticas y los desafíos de la inclusión escolar de estudiantes sordos en una escuela pública del estado de Minas Gerais, Brasil. La investigación adoptó un enfoque cualitativo y se diseñó como un estudio de caso, centrado en el seguimiento del desempeño académico y de las interacciones de dos alumnas sordas durante un año lectivo. Para la recolección de datos se realizaron entrevistas con docentes, análisis de registros pedagógicos y observaciones en el aula. Los resultados evidencian el papel fundamental del intérprete de la Lengua de Señas Brasileña (Libras) como mediador lingüístico y agente de accesibilidad, quien contribuye significativamente al

compromiso y al desarrollo de las competencias comunicativas de las estudiantes. A pesar de los avances legislativos a favor de la educación bilingüe, la investigación señala la persistencia de obstáculos como la falta de materiales didácticos adaptados, la necesidad de formación continua del profesorado y la integración efectiva del equipo escolar. Se concluye que el éxito del proceso de inclusión escolar de estudiantes sordos es multifactorial, y depende no solo de las políticas públicas y de la inversión, sino también del reconocimiento institucional y de la capacitación de docentes e intérpretes, elementos esenciales para el fortalecimiento de la educación bilingüe y la valorización de la identidad de la comunidad sorda.

Palavras clave: Lengua de Señas Brasileña (Libras); Educación inclusiva; Intérprete educativo; Enseñanza; Educación bilingüe.

1. Introdução

A história dos surdos no Brasil está marcada por lutas, avanços e desafios no reconhecimento de seus direitos linguísticos, educacionais e sociais. O marco inicial remonta ao século XIX, com a chegada, em 1857, do professor francês surdo Ernest Huet, convidado por D. Pedro II para fundar a primeira instituição voltada à educação de surdos no país: o Instituto Imperial de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos “INES” no Rio de Janeiro. Nesse espaço, a Língua de Sinais, influenciada pela Língua de Sinais Francesa, passou a ser utilizada no ensino, consolidando-se como um dos principais recursos de comunicação e instrução para a comunidade surda. Entretanto, a trajetória educacional dos surdos no Brasil sofreu retrocessos a partir do Congresso de Milão, em 1880, quando o oralismo foi oficialmente adotado como método predominante em vários países, incluindo o Brasil.

A partir desse período, a Língua de Sinais foi proibida em muitas instituições, sendo substituída pelo ensino pautado exclusivamente na oralização e na leitura labial. Tal política educacional restringiu o desenvolvimento linguístico e cultural da comunidade surda, marginalizando sua identidade e comprometendo o acesso à educação.

Somente no final do século XX é que a Língua Brasileira de Sinais – Libras, passou a ser reconhecida e valorizada. Movimentos sociais organizados pela comunidade surda tiveram papel essencial nesse processo, reivindicando o direito ao uso da Libras e à educação bilíngue. Em 2002, com a promulgação da Lei nº 10.436, a Libras foi oficialmente reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, e, em 2005, o Decreto nº 5.626 regulamentou seu uso, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia, além de garantir a presença de intérpretes em instituições de ensino e em serviços públicos.

Atualmente, a história dos surdos no Brasil é marcada pelo reconhecimento gradual de sua identidade cultural e linguística, pela valorização da Libras e pela implementação de políticas de inclusão educacional e social. No entanto, permanecem desafios significativos, como a consolidação de práticas pedagógicas bilíngues nas escolas, a formação adequada de profissionais e a superação de barreiras atitudinais que ainda dificultam a plena participação da comunidade surda na sociedade. Enquanto a língua portuguesa é oral-auditiva, a Libras organiza-se no modo visuoespacial, valendo-se de parâmetros linguísticos específicos, como configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, orientação e expressões faciais e corporais. “Esses elementos, denominados Parâmetros da Libras,” combinam-se de maneira sistemática, formando sinais que desempenham funções semelhantes às palavras na língua oral.

Dessa forma, a Libras possibilita ao surdo a comunicação e o acesso ao conhecimento, à cultura e à participação social. Além de sua relevância linguística, a Libras é considerada um patrimônio cultural da comunidade surda, pois reflete sua história, identidade e modos próprios de perceber o mundo. Seu reconhecimento legal representou um marco no processo de inclusão e valorização da diversidade linguística no Brasil, reforçando o direito dos surdos a uma educação bilíngue, na qual a Libras seja a primeira língua (L1) e a língua portuguesa na modalidade escrita seja a segunda (L2). Nesse sentido, segundo Ochiuto e Constâncio (2022, p. 15) que diz assim: “a aquisição da Libras como L1 é essencial para o desenvolvimento cognitivo e linguístico do sujeito surdo, pois é por meio dela que ele constrói significados e acessa o mundo.”

Apesar dos avanços legislativos e da presença do intérprete de Libras em sala de aula, ainda persistem desafios quanto

à efetiva inclusão de alunos surdos, especialmente no que se refere à adaptação de práticas pedagógicas e à integração da equipe escolar. Nesse sentido, o problema de pesquisa que orienta este trabalho consiste em compreender como se dá a atuação do intérprete de Libras no contexto educacional e quais são os principais desafios enfrentados para garantir a inclusão bilíngue dos estudantes surdos.

Este estudo explorou as práticas e desafios da inclusão escolar de alunos surdos em uma escola pública de Minas Gerais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, delineada como estudo de caso, realizada em uma escola pública de Minas Gerais. Foram acompanhadas duas alunas surdas durante um ano letivo, utilizando como instrumentos de coleta de dados entrevistas com professores, observações em sala de aula e análise de registros pedagógicos. Essa metodologia possibilitou compreender de forma aprofundada os processos de inclusão e as práticas de mediação do intérprete de Libras no ambiente escolar.

A Inclusão de alunos surdos na Escola

A inclusão de alunos surdos nas escolas brasileiras é um processo que vem sendo construído ao longo das últimas décadas, com avanços significativos na legislação e nas práticas pedagógicas. A presença do intérprete de Língua Brasileira de Sinais em sala de aula é um dos elementos importantes para garantir o acesso ao conteúdo escolar e à comunicação entre alunos surdos e ouvintes. A Lei nº 12.319/2010 regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras, reconhecendo sua importância na mediação linguística e educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) já previa a oferta de educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, a promulgação da Lei nº 14.191/2021 trouxe avanços significativos ao alterar a LDB para dispor sobre a educação bilíngue de surdos. Essa legislação reconhece a Libras como primeira língua e o português como segunda língua para pessoas surdas, estabelecendo que a educação bilíngue deve ocorrer em ambientes inclusivos, com profissionais capacitados e recursos adequados.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica (Brasil, 2023b), dos 47,3 milhões de alunos da educação básica no Brasil, 61.594 possuem alguma deficiência relacionada à surdez. Em 2023, o número de matrículas na Educação Especial chegou a 1,8 milhão, representando 3,7% das matrículas da Educação Básica.

Em 2009, apenas 60,5% dos estudantes da Educação Especial estavam em turmas regulares; em 2023, esse número saltou para 91,3%.

Observa-se um crescimento significativo na inclusão de estudantes com deficiência auditiva em turmas regulares. Como destaca o INEP: “Em 2023, o número de matrículas na Educação Especial chegou a 1,8 milhão [...]” (BRASIL, 2023a). Esses números evidenciam os esforços institucionais para promover a educação inclusiva, embora ainda persistam desafios quanto à formação docente e à presença de intérpretes de Libras nas escolas.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos. Cerca de 154 mil alunos permanecem em classes especiais ou escolas especializadas, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes, formação continuada de professores e investimentos em acessibilidade.

A Lei nº 14.191/2021 estabelece que a educação bilíngue de surdos deve ser ofertada desde a educação infantil até os níveis mais avançados. Ela determina que a Libras seja a língua de instrução e comunicação dos alunos surdos, que o português escrito seja ensinado como segunda língua, que as escolas contem com professores bilíngues e intérpretes de Libras, e que a formação dos profissionais seja específica para o atendimento educacional bilíngue. Essa legislação reforça o direito à educação de qualidade e à valorização da identidade linguística e cultural da comunidade surda: “O direito de ser surdo em língua de sinais é também o direito de existir como sujeito político e cultural, reconhecido em sua diferença e pertencimento social.” (INES, 2023, p. 15).

Desafios da Atuação no Contexto Escolar

A presente pesquisa, de estudo de caso adotou como delineamento metodológico entrevistas e, concentrando-se na análise da experiência de duas alunas surdas regularmente matriculadas nos anos finais do ensino fundamental em uma escola pública estadual localizada em Minas Gerais. Merriam (1998), destaca que o estudo de caso é valioso para investigações em educação, pois permite compreender processos e práticas em ambientes naturais: “O estudo de caso é particularmente adequado para pesquisa educacional, pois permite examinar fenômenos em seu contexto natural, considerando múltiplas fontes de evidência (Merriam, 1998, p. 41).

Dessa forma, no intuito de buscar soluções para o problema apresentado, foram selecionados materiais que abordam temas como educação bilíngue, políticas públicas inclusivas, formação docente, bem como documentos normativos como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), entre outros. Visando subsidiar as reflexões desenvolvidas ao longo do estudo de caso. A escolha por essa abordagem justifica-se pela sua capacidade de possibilitar uma investigação aprofundada, detalhada e contextualizada de um fenômeno específico em seu ambiente natural, permitindo a compreensão das particularidades, limitações e na inclusão escolar e no processo de aprendizagem das participantes.

A pesquisadora atua como intérprete educacional junto a essas estudantes, o que permitiu um acompanhamento contínuo das práticas pedagógicas e das interações comunicativas mediadas pela Língua Brasileira de Sinais. Tal vivência proporcionou uma aproximação significativa com a realidade escolar das alunas, contribuindo para uma análise mais sensível e contextualizada dos desafios e potencialidades da inclusão escolar bilíngue. A coleta de dados foi realizada por meio de observações em sala de aula regular e nas salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com registros sistemáticos acerca do desenvolvimento das alunas, bem como da prática pedagógica dos professores envolvidos.

Além disso, foram realizadas entrevistas com quatro docentes que atuavam diretamente com as estudantes, a fim de compreender como se organizavam para o ensino, como preparavam os materiais didáticos e de que forma adaptavam os conteúdos para as alunas surdas. Os resultados apontaram fragilidades significativas nesse processo. Todos os professores entrevistados relataram dificuldades em adaptar o conteúdo, demonstrando insegurança quanto às práticas pedagógicas necessárias para atender às demandas específicas das estudantes.

Em razão disso, dependiam frequentemente do apoio da supervisora escolar, a quem cabia imprimir e repassar materiais de forma pontual, geralmente apenas no dia da aula. Verificou-se, ainda, que nenhum material prévio era disponibilizado à intérprete de Libras, que realizava sua mediação sem acesso antecipado ao conteúdo, o que comprometia a qualidade da interpretação e, consequentemente, a aprendizagem das alunas.

Esse problema também foi observado em situações extracurriculares, como palestras, a exemplo de uma atividade sobre o autismo, em que a intérprete registrou em ata a ausência de material de apoio, apontando que, caso houvesse prejuízos na compreensão, tal fato se devia à falta de subsídios prévios. Além da investigação empírica, realizou-se ampla pesquisa bibliográfica em artigos científicos e livros que tratam da inclusão escolar e do papel de mediação do intérprete de Libras nesse contexto.

O Papel do Intérprete de Libras na Educação

O intérprete de Libras assume papel que possibilita dentro do contexto educacional, mediador linguístico entre o professor, o estudante surdo e a comunidade escolar. Sua função ultrapassa a simples tradução/interpretação de conteúdos, uma vez que possibilita o acesso à informação, a interação social e a participação efetiva do discente surdo nas práticas pedagógicas, Quadros (2006) diz assim:

O intérprete educacional não é apenas um tradutor de línguas, mas um mediador que participa do processo pedagógico, articulando os saberes entre professores e alunos surdos, considerando os aspectos linguísticos e culturais envolvidos (Quadros, 2006).

Contudo, a presença desse profissional não deve ser compreendida como solução única para a inclusão, mas como parte integrante de um conjunto de estratégias que assegurem equidade no processo de ensino-aprendizagem.

Apesar da relevância de sua atuação, o intérprete de Libras enfrenta diversos desafios no ambiente escolar. Entre eles, destaca-se a falta de reconhecimento institucional acerca de suas atribuições, o que frequentemente leva à confusão entre o seu papel e o do professor, atribuindo-lhe responsabilidades que não lhe competem, como o desempenho acadêmico do aluno surdo.

Soma-se a isso a sobrecarga de trabalho, já que, em muitas instituições, um único intérprete é designado para atender a diferentes turmas ou cumprir extensas jornadas de interpretação contínua, comprometendo a qualidade de sua mediação.

Outro entrave refere-se à formação profissional, que, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda carece de aprofundamento voltado especificamente para a atuação em contextos educacionais, exigindo constante atualização e aperfeiçoamento. Além da formação técnica, o intérprete de Libras precisa desenvolver uma série de competências essenciais para atuar com qualidade e sensibilidade nos diversos contextos educacionais. É fundamental que possua domínio avançado tanto da Língua Brasileira de Sinais quanto da língua portuguesa, garantindo precisão na mediação linguística.

Ademais, observa-se que a articulação entre intérprete e professor é importante para a efetividade do processo pedagógico, nem sempre ocorre de maneira satisfatória. Muitos docentes, por desconhecimento, não reconhecem a importância dessa parceria e acabam transferindo a responsabilidade da inclusão ao intérprete, o que reforça barreiras e limita o acesso pleno do aluno surdo ao conhecimento.

Dessa forma, evidencia-se que, embora o intérprete de Libras seja elemento indispensável à promoção da acessibilidade educacional, sua atuação precisa ser reconhecida, compreendida, valorizada e incorporada a um projeto pedagógico inclusivo mais amplo, que envolva gestores, professores e toda a comunidade escolar. Somente mediante essa integração será possível assegurar que a inclusão do estudante surdo ocorra, não somente no âmbito do acesso.

A formação acadêmica do intérprete de Libras é um fator preponderante para a qualidade de sua atuação no contexto educacional. No Brasil, a regulamentação da profissão encontra respaldo na Lei nº 12.319/2010, que define as atribuições desse profissional e estabelece a necessidade de qualificação específica para o exercício da função.

Em 2023, essa lei foi reformulada pela Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023, que ampliou e detalhou as condições de trabalho e as exigências para o exercício da profissão. A nova legislação passou a incluir também os guia-intérpretes, profissionais especializados na comunicação com pessoas surdocegas.

Entre as principais mudanças, destaca-se a definição clara das atribuições dos tradutores, intérpretes e guia-intérpretes, como a intermediação da comunicação entre surdos e ouvintes, a tradução entre diferentes línguas de sinais e a tradução de textos escritos e orais entre Libras e a língua portuguesa.

Por conseguinte, o Decreto nº 5.626/2005 dispõe sobre a obrigatoriedade da formação em nível médio ou superior, por meio de cursos de Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, bem como em cursos de formação continuada que garantam o aperfeiçoamento das competências necessárias à prática. No âmbito escolar, o intérprete deve possuir o domínio linguístico da Libras e da língua portuguesa, conhecimentos sobre as particularidades do ambiente educacional.

Isso inclui a compreensão de metodologias de ensino inclusivo e familiaridade com os conteúdos curriculares, de modo a assegurar uma interpretação que favoreça a aprendizagem do estudante surdo.

A atuação nesse espaço exige, portanto, mais do que habilidades técnicas de tradução: requer uma formação sólida que conte com aspectos linguísticos, culturais.

Neste contexto, observa-se que ainda existem lacunas na formação desses profissionais. Em diversas localidades, há escassez de cursos de nível superior voltados especificamente para a tradução e interpretação em Libras, o que compromete a qualidade da prática profissional. Além disso, muitos intérpretes ingressam no ambiente escolar sem a devida preparação para lidar com os desafios próprios do processo educativo, como a adaptação às diferentes faixas etárias, a complexidade dos conteúdos acadêmicos e a necessidade de articulação com a equipe pedagógica.

Diante desse cenário, a valorização da profissão de intérprete de Libras exige que esses profissionais tenham acesso a uma formação acadêmica que corresponda às demandas da educação inclusiva. Assim, a formação deixa de ser um requisito legal e passa a ser compreendida como uma condição importante para assegurar uma educação de qualidade aos estudantes surdos.

A Relação Intérprete–Professor–Aluno

A relação entre intérprete, professor e aluno surdo constitui um dos pilares para a inclusão escolar. Quando bem estabelecida, essa interação possibilita um processo educativo mais equitativo, no qual cada sujeito exerce seu papel de forma complementar. Entre as principais qualidades dessa relação, destaca-se a promoção da acessibilidade linguística, que permite ao estudante surdo compreender os conteúdos curriculares e participar das atividades em sala de aula em igualdade de condições com os demais colegas.

Ademais, a presença do intérprete favorece a aproximação entre professor e aluno, mediando a comunicação e possibilitando que o docente desempenhe sua função pedagógica sem que haja barreiras linguísticas intransponíveis. Como um desafio para inclusão de alunos surdos, Oliveira e Fonseca (2022) citam que:

Um dos principais desafios da inclusão dos alunos surdos no contexto escolar é a inclusão da Língua Brasileira de Sinais nas disciplinas escolares desde a alfabetização até a formação do docente. Uma das maneiras de reduzir esse problema e demonstrar com melhores formas de comunicação e socialização do surdo, dentro do cenário escolar, é a inclusão da Libras como disciplina na grade curricular desde a Educação Básica [...] (Oliveira & Fonseca, 2022, p.2).

Isso significa que, desde os primeiros anos da educação, os alunos ouvintes e surdos, não têm contato sistemático com Libras, o que dificulta a comunicação e a convivência inclusiva. A dificuldade está na fase de alfabetização dos alunos, e, também na formação dos professores. Muitos docentes chegam à sala de aula sem qualquer preparo para lidar com alunos surdos, o que compromete a qualidade do ensino e a inclusão efetiva.

A formação inicial e continuada dos professores deveria incluir Libras como componente curricular obrigatório. Essa medida contribui para tornar a escola um ambiente mais acolhedor, acessível e justo, favorecendo práticas pedagógicas que respeitem a diversidade linguística e cultural.

Partindo do pressuposto de que a inclusão escolar deve garantir que todas as crianças tenham suas necessidades atendidas de forma adequada, é fundamental compreender que a escola inclusiva não pode tratar os alunos como um grupo homogêneo, mas sim reconhecer suas especificidades. Nesse sentido, Aranha (2006, p. 8) afirma que “escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades e a elas responde com qualidade pedagógica.”

Uma escola inclusiva não trata os alunos como um grupo homogêneo, mas reconhece que cada um possui uma história, uma forma de aprender, uma bagagem cultural e necessidades específicas. Conhecer cada aluno significa observar, escutar, dialogar e compreender suas particularidades, isso também diz a respeito de práticas pedagógicas, ou seja, estratégias de ensino, recursos didáticos, metodologias e avaliações que se adaptem às características de cada estudante.

A “qualidade da prática pedagógica” está em oferecer acesso, permanência, participação e aprendizagem significativa para todos. Isto, define a escola inclusiva como aquela que:

- Reconhece a individualidade de cada aluno;
- Valoriza e respeita as diferenças;
- Adota práticas pedagógicas intencionais e qualificadas para garantir o direito à educação de todos.

A escola inclusiva propõe uma visão de educação comprometida com a equidade, a justiça social e o desenvolvimento pleno de cada sujeito. Ainda assim, de tudo que falamos seria muito necessário se na prática escolar não houvesse o preconceito que acontece muito e os descumprimentos das leis, que são necessárias, não há avanços significativos, não há “escola para todos”. O próprio MEC fala dessa inclusão “mas há desafio a serem superados para que possa ser para todos indistintamente.”

O principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança e capaz de educar a todos, sem discriminação, respeitando suas diferenças, seus limites; uma escola que dê conta da diversidade sociais das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando o apoio de instituições e especialistas quando necessário. É uma meta a ser seguida por todos aqueles comprometidos com a educação inclusiva. (Brasil, 2009, p.36)

Somos todos chamados a trabalhar desde muito cedo professores, gestores, famílias e comunidade para nos comprometermos com essa meta coletiva. A educação inclusiva é um projeto ético e político que exige engajamento, formação e sensibilidade. Outro aspecto positivo é o fortalecimento da autonomia do estudante surdo, com o apoio do intérprete, ele tem condições de interagir com professores e colegas, participar de debates, esclarecer dúvidas e construir seu conhecimento de forma ativa. De modo semelhante a colaboração entre professor e intérprete, quando pautada no diálogo e no respeito às atribuições de cada um, favorece um ambiente inclusivo, no qual as diferenças linguísticas e culturais são reconhecidas e valorizadas.

Entretanto, essa relação também apresenta desafios significativos, em muitos casos, observa-se a ausência de integração entre professor e intérprete, resultante do desconhecimento, por parte do docente, acerca das funções desse profissional. Tal situação pode levar à transferência indevida de responsabilidades pedagógicas ao intérprete, o que compromete a efetividade do processo de ensino-aprendizagem:

O intérprete de Libras desempenha um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência auditiva, pois atua como facilitador da comunicação entre o educando, os colegas e os professores. Ao traduzir as informações transmitidas oralmente para a língua de sinais, possibilita o acesso completo ao conteúdo educacional e garante a participação ativa nas atividades escolares. (Dantas da Silva et al., 2024)

Sabendo então assim, que cada um tem seu papel, o intérprete de mediador entre as comunicações português/Libras e vice e versa, e o professor o de ensino. Outro obstáculo, diz respeito à falta de preparo de alguns professores para trabalhar com a presença do intérprete em sala, o que gera dificuldades na adaptação de metodologias e na comunicação direta com o aluno surdo. Adicionalmente, a própria dinâmica da interpretação impõe limitações.

O tempo necessário para a tradução simultânea pode ocasionar atrasos na compreensão do conteúdo, exigindo do professor sensibilidade para ajustar o ritmo da aula. Há ainda o risco de sobrecarga cognitiva tanto para o intérprete, que precisa manter alto nível de concentração, quanto para o aluno, que depende da mediação constante para acompanhar o processo. Portanto, a relação entre intérprete, professor e aluno é marcada por qualidades que favorecem a inclusão, mas também por dificuldades que precisam ser superadas.

O fortalecimento desse vínculo requer diálogo permanente, reconhecimento do papel de cada profissional e compromisso institucional com práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas. Somente assim será possível assegurar que a tríade intérprete–professor–aluno funcione de maneira harmoniosa, em benefício da aprendizagem do estudante surdo.

2. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa mista: em parte documental de fonte direta considerando Leis e documentos, em parte é uma pesquisa social feita com entrevistados (Pereira et al., 2018, Gil, 2017) e, parte de estudo de caso (Yin, 2015). Ele define o estudo de caso como uma estratégia de investigação empírica que: “Investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (Yin, 2015, p.32).

Para Yin (2015), essa abordagem é indicada quando se busca compreender processos complexos, interações sociais e dinâmicas institucionais, como é o caso da atuação do intérprete de Libras no ambiente escola. Também Triviños (2010, p. 120), que contribui com uma perspectiva brasileira sobre a pesquisa qualitativa, valorizando o papel do pesquisador como sujeito ativo na construção do conhecimento, ele afirma: “A pesquisa qualitativa caracteriza-se por ser rica em significados, voltada para a compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade.”

O autor defende que o pesquisador deve estar atento às subjetividades dos participantes, às relações sociais envolvidas e à interpretação dos sentidos atribuídos pelos sujeitos à sua realidade.

Dante desse contexto, esta pesquisa buscou compreender de que forma a presença do intérprete de Libras contribui para a inclusão efetiva de alunas surdas no ensino fundamental, analisando as práticas pedagógicas, as interações comunicativas e as percepções docentes.

3. Resultados e Discussão

Baseado nessas fontes bibliográficas iniciamos esse estudo de caso no Estado de Minas Gerais, em uma escola da rede pública onde duas alunas surdas frequentam os anos finais do Ensino Fundamental. Então, sabíamos que naquela cidade havia duas alunas surdas, eram semialfabetizadas na Libras como (L1) e nem no Português como (L2), eram copistas, ou seja, copiavam tudo da lousa, mas não compreendiam o que escreviam. A pesquisa com duração de um ano inicia-se em maio/2024 a maio/2025. A instituição passou a contar com uma intérprete de Língua Brasileira de Sinais, contratada pelo Estado, a partir de maio de 2024. A escola não possui professores surdos, tampouco docentes com formação ou domínio em Libras. Há apenas uma intérprete de Libras atuando na unidade escolar.

Durante o período de acompanhamento que ocorreu no período de um ano, foram coletados quatro relatos de professores que compartilharam suas experiências, dificuldades iniciais e avanços obtidos após a chegada da intérprete. Os depoimentos evidenciam a transformação na prática pedagógica e na comunicação com as alunas surdas, destacando a importância da mediação linguística para a inclusão educacional.

Além das atividades regulares em sala de aula, foram desenvolvidas ações complementares na sala de apoio, com a participação ativa da intérprete de Libras. As alunas também tiveram acesso a aulas de reforço escolar e atividades específicas em Libras, ministradas por uma professora surda vinculada à Superintendência Regional de Ensino SRE da região, por meio de ensino remoto EAD. A escola mobilizou esforços para promover a inclusão, implementando sinalizações e materiais de identificação em Libras em seus espaços físicos.

Os relatos dos docentes revelam uma mudança significativa na percepção sobre a surdez e sobre o papel da intérprete, reconhecendo a importância da atuação colaborativa entre professores e profissionais de Libras para garantir o direito à educação de qualidade e à participação plena dos estudantes surdos.

Relato 1: entrevistada A

“Me emocionei muito ao ver essas meninas conseguindo traduzir para o português/libras, algumas frases básicas em inglês, cores, frutas, animais. Sei que para elas, pode não ser tão importante o idioma em inglês nesse momento. Porém, ao

estarem participando da aula, fazendo as atividades juntamente com a intérprete, isso não tem preço que pague. Início agora o curso básico de Libras, para auxiliar outros alunos que poderão surgir na escola. Antes, eu não entendia o que elas queriam me dizer, ou como eu poderia explicar para elas, eu escrevia e pedia que elas fizessem, mas; elas não sabiam ler. Somente uma palavra ou outra. Era muito difícil nossa comunicação. Agora, com a intérprete facilitou muita nossa comunicação, estou aprendendo a cada dia com elas”.

Relato 2: entrevistada B

“Não sabia como trabalhar com alunos surdos, só escrevia e pedia que elas copiassem, elas eram copistas, copiavam tudo, mas não entendiam o que escreviam. Tinha muita dificuldade com elas, não podia deixar a sala toda para focar somente nelas, né? Foi então, que a intérprete chegou na escola e me fez olhar o surdo com outros olhos, e ver toda a dificuldade e a exclusão que sofrem diariamente por serem surdos. Mudei meu olhar, e me dediquei a ensiná-las com mais empatia. Hoje, elas conseguem fazer uma pequena redação, contando seu dia a dia, o que gostam, o que não gostam, sabem ler pequenos textos, frases curtas, palavras, sabem bastante já, conseguem fazer provas adaptadas que passo para elas. Apresentam trabalhos na frente de todos, já não tem vergonha mais. E chegaram até a palestrar na escola, no dia do surdo, mostrando que são protagonistas da sua própria história.”

Relato 3: entrevistada C

“Aprendi tanta coisa com essas meninas e com a intérprete. Aprendi a forma correta de chamar que seria surdo, não surdo-mudo. Aprendi a ter respeito com elas e fazer o que posso para ajudá-las e com o que temos na escola. Na verdade, a escola nunca ajudou com equipamentos e ferramentas para trabalhar com esses alunos.

Quando a intérprete chegou aqui, ela nos ajudou a pedirmos os materiais que poderiam auxiliar de forma visual o trabalho com eles.

Hoje, posso dizer que trabalhamos em conjunto, que somos uma escola que ajuda com a inclusão, não somos uma escola inclusiva, falta muita coisa, mas, temos uma vontade de ajudar a todos por igualdade. Pelo menos, nós professores trabalhamos em equipe com a intérprete de Libras, sabemos um pouco, para nossa comunicação diária com as meninas”.

Relato 4: entrevistada D

“A matemática por si só já é muito difícil, imagina lecionar para alunos surdos que nem o básico comprehendiam, por exemplo saber colocar cada unidade matemática em seu lugar, sua posição correta, como unidade, dezena, centena e milhar. Antes, não havia intérprete, então eu colocava no caderno delas, escrevia mesmo e ensinava a contar com os dedinhos, era difícil, mas no início elas me comprehendiam. Mas, era só assim, coisinhas pequenas, continhas de somar e subtrair simples. Depois, da intérprete de Libras, começamos a avançar mais, ela nos ajudou e auxiliou como ensinar as meninas de forma mais clara. Tínhamos, pequenas reuniões de classe, e aprendemos a trabalhar em equipe para ajudá-las e avançar nas disciplinas”.

Quadro 1- Categorias emergentes das entrevistas com docentes.

Categoría	Descrição	Exemplos dos relatos
Comunicação	Dificuldades iniciais na interação com as alunas surdas e avanços após a chegada da intérprete.	“Antes, eu não entendia o que elas queriam me dizer... Agora, com a intérprete facilitou muita nossa comunicação.” (Entrevistada A)
Participação	Inclusão das alunas em atividades escolares, apresentações e eventos.	“Hoje, elas conseguem fazer uma pequena redação... Apresentam trabalhos na frente de todos e chegaram até a palestrar na escola.” (Entrevistada B)
Percepção docente	Mudança no olhar dos professores sobre a surdez e sobre o papel da intérprete.	“Foi então, que a intérprete chegou na escola e me fez olhar o surdo com outros olhos.” (Entrevistada B)
Mediação da intérprete	Apoio pedagógico e linguístico que possibilitou avanços no aprendizado e maior integração escolar.	“Depois da intérprete de Libras, começamos a avançar mais, ela nos ajudou e auxiliou como ensinar as meninas de forma mais clara.” (Entrevistada D)

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

O estudo realizado teve como foco compreender os impactos da atuação da intérprete de Libras na inclusão de alunas surdas nos anos finais do Ensino

Fundamental. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas com quatro professoras da escola, que compartilharam suas experiências antes e depois da chegada da intérprete, contratada pelo Estado em maio de 2024.

Os relatos revelam pontos em comum que evidenciam a transformação pedagógica e comunicacional vivenciada na escola. Inicialmente, as professoras relatam dificuldades significativas na comunicação com as alunas surdas, recorrendo à escrita como única forma de instrução, o que resultava em estudantes que copiavam os conteúdos sem compreendê-los.

A ausência de formação em Libras e de estratégias inclusivas limitava a participação das alunas e gerava frustração entre os docentes. Com a chegada da intérprete de Libras, houve uma mudança expressiva na dinâmica escolar.

As alunas passaram a compreender os conteúdos, participar das atividades, apresentar trabalhos e até palestrar em eventos escolares. Os professores, por sua vez, desenvolveram maior empatia, passaram a aprender Libras e a trabalhar de forma colaborativa com a intérprete. Um dos relatos destaca: “Foi então, que a intérprete chegou na escola e me fez olhar o surdo com outros olhos, e ver toda a dificuldade e a exclusão que sofrem diariamente por serem surdos.”

Além disso, foram implementadas ações complementares, como aulas de reforço com apoio da intérprete e atividades em Libras ministradas por uma professora surda da SRE via EAD. A escola também passou a sinalizar seus espaços com materiais visuais em Libras, demonstrando um esforço coletivo pela inclusão.

Esses resultados dialogam com estudos como os de Oliveira et al (2022), que defendem a inserção da Libras como disciplina desde a Educação Básica, e com Lima (2025), que destaca o papel do intérprete como facilitador da comunicação e agente de inclusão.

Os dados reforçam a importância da formação docente em Libras e da presença de intérpretes qualificados para garantir o direito à educação de qualidade para estudantes surdos.

Quadro 2 - Impactos da atuação da intérprete de Libras no cotidiano escolar.

Aspectos observados	Antes da intérprete	Depois da intérprete
Comunicação	Escrita limitada e incompreendida	Comunicação fluida por meio da Libras
Participação	Cultura escolar restrita	Participação ativa (debates, palestras, apresentações)
Postura docente	Insegurança e desconhecimento sobre surdez	Empatia, engajamento e busca por formação em Libras
Cultura escolar	Ausência de acessibilidade e recursos visuais	Implementação de sinalizações e materiais de apoio em Libras

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

4. Conclusão

A inclusão escolar de estudantes surdos vai muito além da presença física na sala de aula; ela exige práticas pedagógicas que respeitem a diversidade linguística e cultural, bem como o compromisso coletivo da comunidade escolar. Os relatos analisados demonstram que a atuação da intérprete de Libras foi decisiva para transformar a experiência educacional das alunas surdas, promovendo o acesso ao conteúdo e a participação ativa, o protagonismo dessas estudantes.

O olhar de igualdade todos precisam aliado ao esforço dos professores em adaptar suas práticas e querer aprender Libras, revela que a inclusão é possível quando há colaboração, empatia e abertura para o aprendizado mútuo. A presença da intérprete não substitui o papel do professor, mas complementa e fortalece o processo de ensino-aprendizagem, atuando como ponte entre mundos linguísticos distintos.

Além disso, o apoio da gestão escolar foi fundamental para viabilizar ações concretas, como a sinalização em Libras nos espaços da escola, a oferta de reforço com mediação linguística e a articulação com profissionais da Superintendência Regional de Ensino.

Observa-se que, na região mineira de ensino, ainda persistem algumas lacunas e atrasos no que se refere à efetivação de práticas inclusivas, especialmente no acesso à Língua Brasileira de Sinais.

Em comparação com outras regiões do país, nota-se que o uso da Libras em contextos educacionais ocorre com maior fluidez e liberdade, refletindo políticas mais consolidadas de inclusão linguística e pedagógica.

Essa disparidade evidencia a necessidade de investimentos em formação docente, contratação de intérpretes qualificados e fortalecimento de ações que promovam a equidade no atendimento educacional às pessoas surdas.

Em Minas Gerais, ainda persistem desafios significativos no que diz respeito à efetivação do ensino de Libras e à inclusão de estudantes surdos na educação básica. De acordo com o Censo Escolar de 2022, o Brasil possui mais de 61 mil alunos com deficiência auditiva matriculados, mas a distribuição dos recursos e profissionais especializados, como intérpretes de Libras, ainda é desigual entre as regiões.

Estudos realizados por instituições como a Universidade Federal de Viçosa (UFV) apontam que muitas escolas mineiras, especialmente no interior do estado, enfrentam dificuldades estruturais e pedagógicas para atender adequadamente esses estudantes.

A maioria dos professores não possui formação específica em Libras, e a presença de intérpretes é limitada ou inexistente em diversas unidades escolares. Embora haja avanços em políticas públicas, como a oferta de videoprovas em Libras no Enem e programas de formação continuada, a implementação prática dessas ações ainda é incipiente em várias localidades mineiras.

Essa realidade evidencia a necessidade urgente de investimentos em formação docente, contratação de profissionais qualificados e valorização da Libras como língua de instrução, a fim de garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e

equitativa para a comunidade surda.

Esses esforços conjuntos mostram que a inclusão escolar não depende somente de recursos, mas de vontade, formação continuada e trabalho em equipe. Portanto, promover a inclusão de alunos surdos requer um olhar ampliado, que reconheça o papel estratégico do intérprete de Libras, valorize a formação docentes e envolva gestores em ações que garantam o direito à educação de qualidade para todos, indistintamente.

Assim, promover a inclusão do aluno surdo implica compreender a Libras como língua de instrução legítima e reconhecer o intérprete como parceiro pedagógico essencial.

A verdadeira inclusão se consolida quando o direito linguístico é respeitado e quando a escola se torna, de fato, um espaço bilíngue e multicultural.

Conclui-se que o intérprete de Libras é elemento indispensável para a efetivação da inclusão escolar, atuando não apenas como tradutor, mas como mediador pedagógico que contribui para o direito linguístico e educacional das pessoas surdas.

Referências

- Aranha, M. L. A. (2006). *Educação especial: o desafio da inclusão*. Editora Moderna.
- Brasil. (2002). *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.
- Brasil. (2005). *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 2002, que dispõe sobre a Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.
- Brasil. (2009). Ministério da Educação (MEC). *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília. <https://portal.mec.gov.br/>.
- Brasil. (2010). *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 2 set. 2010. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm.
- Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- Brasil. (2021). *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 4 ago. 2021. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14191.htm.
- Brasil. (2023). *Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023*. Dispõe sobre o exercício profissional do tradutor e intérprete de Libras. Brasília, DF, 2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm.
- Brasil. (2023a). *Censo Escolar 2022: principais resultados*. Brasília, 2023. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). <https://www.gov.br/inep/>.
- Brasil. (2023b). *Panorama dos surdos na educação brasileira*. Brasília, DF. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). <https://www.gov.br/inep/>.
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.
- Dantas da Silva, E. et al. (2024). *Educação e inclusão: a importância do intérprete de Libras nas salas de aula*. In: CINTEDI – Congresso Internacional de Educação, 2024. <https://editorarealize.com.br/>.
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar um projeto de pesquisa*. Editora Atlas.
- INES. (2023). Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). *Revista Espaço*. (58), jan./jun. 2023. <https://seer.ines.gov.br>.
- Lima, M. P. (2025). Desafios e perspectivas na formação de tradutores e intérpretes de Libras. *Revista Ciências Humanas*. 29(147). <https://revistaft.com.br/desafios-e-perspectivas-na-formacao-de-tradutores-e-interpretes-de-libras/>.
- Merriam, S. B. (1998). *Case study research in education: a qualitative approach*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Ochiuto, E. F. A. S. & Constâncio, R. F. J. (2022). *A aquisição da Libras como L1 e da língua portuguesa como L2 para surdos: uma visão funcionalista*. GPPorLibras – UNIGRAN. <https://www5.unioeste.br/>.
- Oliveira, S. J. & Fonseca, M. P. (2022). *Educação especial inclusiva: a importância da Libras na educação básica*. Vitória: Faculdade Novo Milênio. <https://www.novomilenio.br/>.

Pereira, A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. Santa Maria. Editora da UFSM.

Quadros, R. M. (2006). *O tradutor e intérprete de língua de sinais*. Brasília: MEC; SEESP.

Triviños, A. N. S. (2010). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Editora Atlas.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (5ed). Editora Bookman.